

Poder divide-se entre defesa do Planalto e tarefas partidárias

Pimenta da Veiga, principal articulador, e ACM e Maciel destacam-se no 2.º mandato de FHC

Na estrutura de poder do segundo mandato, o presidente Fernando Henrique tem ao seu lado dois tipos de auxiliares e dois gêneros de divisão de poder político: de um lado estão os seus amigos pessoais ou pessoas da sua confiança, a maior parte de origem tucana; do outro, os representantes dos interesses dos partidos em seu governo.

Os ministros Eliseu Padilha e Renan Calheiros, por exemplo, atuam como o PMDB no governo; o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, é o representante dos interesses do PPB. Os ministros do PSDB são da cota pessoal do presidente e agem como tal — daí a reclamação do partido, que se sente mal representado.

Espalhados pelo Executivo e pelo Legislativo, três figuras movem-se com desenvoltura no tabuleiro do xadrez de poder do segundo mandato: o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, principal articulador político do governo; o vice-presidente Marco Maciel, que mistura em doses igualmente grandes a discrição e a eficiência; e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que consegue ao mesmo tempo resolver e criar grandes problemas para o presidente da República.

Comunicações — Pimenta da Veiga é hoje a figura central no esquema de poder do presidente. Ao contrário dos outros ministros de origem política, não opera para o partido, mas para o governo — e ele está no centro de todas as articulações que ocorreram, desde o início do mandato, para sacudir o público interno do pânico provocado pela crise. O espaço foi ocupado a partir da vitoriosa costura da reunião dos governadores. “Foi um gol de placa”, comenta um governista.

O mérito da ocupação do espaço político foi exclusivamente do ministro. No início do governo, uma tentativa frustrada de intervenção na crise provocada pelo governador Itamar Franco quase o retirou do cenário político antes que houvesse efetivamente começado a operar. Deu a volta por cima. Em oito dias, conseguiu desarmar o mal-estar criado pela recusa do presidente Fernando Henrique de receber os governadores de oposição. “Eu falei com todos os governadores”, conta o ministro. Levantada a pauta de reivindicações, Pimenta bancou uma dura negociação com a equipe econômica, até então parte do impasse que se criou.

No dia da reunião do presidente com os governadores, em 26 de fevereiro, a área econômica estava submetida às negociações que, naquele dia, consolidaram-se em grupos de trabalho com a participação ativa dos administradores estaduais. “Dessas reuniões vão sair uma redefinição do pacto federativo”, afirma o ministro. O coroamento desse trabalho, na sua avaliação, seria uma proposta ampla, que incluiria as definições de reforma tributária.

Pimenta da Veiga não apenas articula o seu partido, como mantém uma certa coordenação da ação dos ministros peemedebistas e das lideranças governistas no Congresso. Está igualmente afinado com a ação de varejo. “Em três meses, Pimenta falou com quase 400 dos 513 deputados”, informa sua assessoria.

Discreto — O vice-presidente Marco Maciel trabalha afinado com Pimenta da Veiga, mas mantém paralelamente, com mesmo vigor, tarefas partidárias. Maciel faz questão de colocar-se como o representante do PFL na aliança do governo. Por isso, jamais recusa receber um parlamentar do partido. Nesse início de legislatura, para atender uma enorme demanda de encontros, tem feito cafés da manhã em sua re-

sidência, o Palácio do Jaburu.

Maciel tem recebido todos os parlamentares com um folheto sobre a reforma política, cuja concretização considera seu maior desafio no governo. Nesse particular, tem feito tabelinha com o tucano Pimenta da Veiga e articulado intensamente com o presidente do PFL, Jorge Bornhausen.

Historicamente, é Bornhausen o grande companheiro de partido do vice-presidente. Também tinha um contato freqüente com Luís Eduardo Magalhães. Mantém uma distância respeitosa de ACM.

Faixa própria — Antonio Carlos Magalhães estabeleceu com o poder, desde o ano passado, comportamentos que oscilam entre uma eficiente prestação de serviço e uma aparente disputa pelo poder. “ACM comanda o processo e obriga a Câmara a tomar decisões”, afirma um carlista, nomeando as vantagens de ser aliado do presidente do Senado.

ACM, desde o início do segundo mandato, vem firmando um discurso de independência em relação às ações de governo. Desde janeiro, já falou contra a submissão do Brasil às pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e comprou uma briga fenomenal com a Justiça do trabalho. “É tudo combinado com o Palácio”, jura um aliado. “Ele está em busca da popularidade: afinal, ele é o terceiro na ordem de sucessão”, opina um inimigo.

Na verdade, ACM é hoje a grande incógnita da República. Quando morreu o filho Luís Eduardo, há quase um ano, disse a Fernando Henrique: “Presidente, agora o senhor olha para um homem que não é mais ele só: eu falo como o senador Antonio Carlos e quero representar o meu filho Luís Eduardo.” Tem agido, de fato, como Luís Eduardo, contribuindo para

as vitórias do governo no Congresso. Dirigiu seus tentáculos para toda a equipe econômica: tem boas relações com o ministro da Fazenda, Pedro Malan; o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Pa-

rente, é considerado sua cria; e com o recém-empossado presidente do Banco Central, Armínio Fraga, tem relações de família.

O presidente do Senado visita Fernando Henrique pelo menos uma vez por semana no Palácio do Alvorada, no café da manhã ou de noite — e costuma dizer a seus interlocutores que toda as críticas que faz ao chefe de governo pela imprensa, faz antes pessoalmente a ele próprio. Hoje atua pouco como chefe político de partido: ele é mais o chefe do Poder Legislativo, e é como tal que tem atuado no cenário político.

Trabalho indireto — Na estrutura de poder político, alguns ministros são considerados importantes para o governo, embora tenham atuação mais limitada. O ministro da Saúde, o tucano José Serra, está envolvido até os ossos com os assuntos de sua pasta, mas ajuda na formulação política do governo. Não entra, no entanto, na operação.

O pepebista Francisco Dornelles, ministro do Trabalho, ganhou outro status neste segundo mandato de Fernando Henrique. Além de articular politicamente no PPB — agora sem ter de neutralizar o movimento contrário do ex-prefeito Paulo Maluf, que foi derrotado nas eleições — ele tem agido com desenvoltura como interlocutor do governo nos setores do empresariado e trabalhadores.

O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira, ocupou rapidamente um espaço político vago no Congresso e hoje é um dos operadores mais eficientes do Planalto. Seu padrinho político, o governador Mário Covas, continua um grande interlocutor de Fernando Henrique. E os governadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Esperidião Amin (PPB-SC) estão entre os que Fernando Henrique sofre a falta no cenário nacional, nesse segundo mandato. (M.I.N.)

**ACM SERIA
A GRANDE
INCÓGNITA
DA REPÚBLICA**